

Estupros voltam a crescer, e roubos caem pelo 15º mês seguido em SP

Número de casos com veículos é o mais baixo da série histórica para o mês

(Folha de S.Paulo, 29/11/2018 - acesse no site de origem)

O número de [casos de estupro](#) registrados no estado de São Paulo voltou a crescer em outubro, conforme os dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública nesta quinta-feira (29). A alta foi de 4,39% em relação ao mesmo mês de 2017.

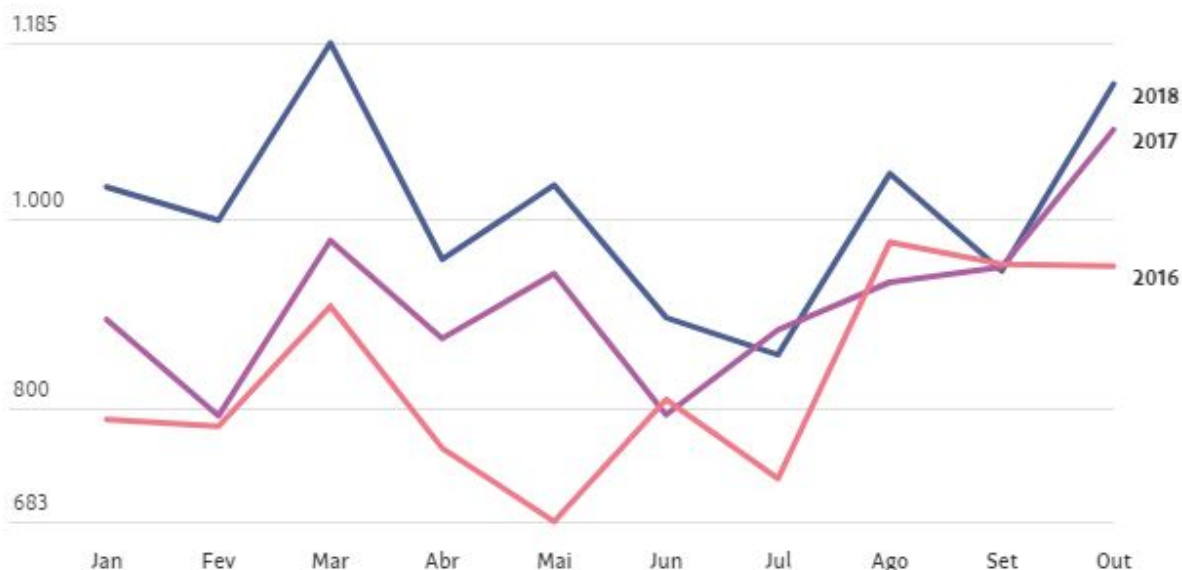
Em [setembro](#) o índice apontou queda nesse crime, de 0,4% — mas foi apenas a segunda vez no ano em que houve recuo no total de estupros (a outra foi em julho). Em todos os demais meses, houve alta.

No acumulado, o ano de 2018 teve até outubro 10.103 notificações de casos de estupro, contra 9.142 de 2017 no mesmo período, alta de 10,51%. Em 2016, foram 8.344. Ainda assim, os números tendem a mascarar o número de casos, dado que esse crime tem um alto índice de subnotificação.

Até por esse motivo, a alta de casos de registro de estupro não necessariamente implica em alta do crime praticado —pode ser apenas que esteja havendo maior notificação.

Estupros no estado de São Paulo

De janeiro a outubro



Fonte: Secretaria da Segurança Pública de SP

Por outro lado, o estado manteve a queda consecutiva no número de roubos pelo 15º mês. O

decréscimo é de 6,51% em relação a outubro de 2017. No acumulado de janeiro a outubro, a queda é de 14,27%, com 221.154 casos neste ano e 257.971 no mesmo período de 2017. Em 2016, foram 270.504 roubos registrados nos primeiros dez meses do ano.

A taxa de roubos apresenta ainda um recorde histórico positivo quando considerados apenas os roubos de veículos: foram 5.240 em outubro, o número mais baixo para o mês desde que iniciada a série história da Segurança Pública paulista, em 2001. Em termos comparativos a outubro de 2017, a queda foi de 6,84%.

Também seguindo tendência, os [roubos de carga](#) caíram pelo 14º mês seguido, indo de 848 em outubro de 2017 para 713 em outubro de 2018, queda de 15,92%.

MORTES

O número de [vítimas de homicídio](#) doloso (quando há a intenção de matar) apresentou a ligeira queda de 1,49%, de 268 para 264 mortes.

No caso de mortes no trânsito consideradas como homicídio culposo (quando não há intenção de matar), os números de 2018 praticamente se mantiveram; Houve uma vítima a mais do que em outubro de 2017 (277 mortes contra 276).

O número mais alarmante em crimes com mortes é nos [casos de latrocínio](#) — roubos seguidos de morte—, em que houve uma alta de 40%, o que significa um crescimento de 20 para 28 vítimas.

SP tem maior número de estupros no 1º tri em 5 anos; homicídio e latrocínio caem

Entre janeiro e março de 2018, o estado de São Paulo registrou 3.218 casos de estupro. É o maior índice trimestral desde 2013, quando houve 3.356 registros no mesmo período. O dado foi divulgado pela SSP (Secretaria da Segurança Pública) no fim da tarde desta quarta-feira (25).

[\(UOL, 25/04/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em contrapartida, todos os outros crimes registrados no estado tiveram queda no primeiro trimestre deste ano: homicídio (queda de 14,6%), latrocínio (redução de 35,8%), roubos gerais (queda de 17%). Roubos de banco, carro e carga, além de furtos, também tiveram baixa.

“Nós só tivemos um indicador [estupro], que, infelizmente, subiu. Os demais, todos eles, tiveram relevante queda”, disse o secretário da Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa Filho. “Fruto do trabalho dos nossos policiais. A PM continua e continuará realizando o mesmo tipo de policiamento”, afirmou.

Segundo o secretário, o crime de estupro é complexo de combater porque “ocorre entre quatro

paredes". Barbosa Filho afirmou que em ao menos 79% dos casos registrados nos últimos anos, havia relação entre a vítima e o agressor. "Qualquer tipo de relacionamento: afetivo, familiar, de amizade ou vizinhança", indicou.

O secretário pediu que as vítimas sempre registrem o estupro. "Mesmo após (o crime), se a pessoa comunica, a gente pode propor uma medida protetiva, por exemplo. O que sentimos é que as notificações aumentaram e isso é bom para a gente mapear esse tipo de crime", disse.

Índice de letalidade policial cai

Na noite desta quarta, após a coletiva de imprensa com o secretário, foi divulgado também o número de pessoas mortas pelas polícias Civil e Militar no estado nos três primeiros meses do ano. No primeiro trimestre de 2017, as polícias mataram 238 pessoas. Neste ano, foram 197. Ou seja, houve queda na letalidade em 17%.

Já o número de policiais mortos no estado subiu no período: 9 morreram no primeiro trimestre de 2017, e 17 morreram no primeiro trimestre de 2018 -alta de 88%. Sobre a letalidade policial, o secretário não se manifestou na coletiva.

Ex-comandante da PM vai para gabinete do secretário

Assim que o coronel Nivaldo Restivo, 53, deixar o comando da PM (Polícia Militar), o que deve ocorrer ainda esta semana, assumirá o cargo de chefe de gabinete da Secretaria da Segurança Pública, informou Barbosa Filho nesta quarta-feira.

Restivo, que chegou a ter seu nome ventilado como novo secretário da SSP, será substituído no comando da PM pelo coronel Marcelo Vieira Salles, 51, amigo do governador Márcio França (PSB). O secretário da Segurança Barbosa Filho afirma ter bom relacionamento com ambos os oficiais da PM paulista.

Indicado por Barbosa Filho e pelo ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), Restivo chegou a ser denunciado pelo Massacre do Carandiru, em 1992, quando 111 detentos foram assassinados por policiais na Casa de Detenção de São Paulo.

"Restivo e Salles são muito próximos a mim. Nós já tivemos várias reuniões para discutir como trabalharemos. Pela mudança dos cargos, não acredito em nenhum tipo de prejuízo à população paulista", afirmou o secretário da Segurança.

Mudança da Polícia Civil "pode representar grande avanço"

A ideia do governador Márcio França de tirar a Polícia Civil da secretaria da Segurança e enviá-la à secretaria da Justiça "pode representar grande avanço e ganhos institucionais relevantes", disse Barbosa Filho.

Segundo o secretário, há um estudo em andamento, porque há a necessidade de uma legislação específica sobre o assunto. O estudo deve ser levado ao governador, que deve encaminhar o projeto para a Alesp (Assembleia Legislativa de SP) para ser votada pelos deputados estaduais.

"Em São Paulo, nossas polícias são extremamente integradas. Não haveria efeito negativo a separação por pasta. O que não pode é segregar as polícias. Isso não ocorreria, justamente por

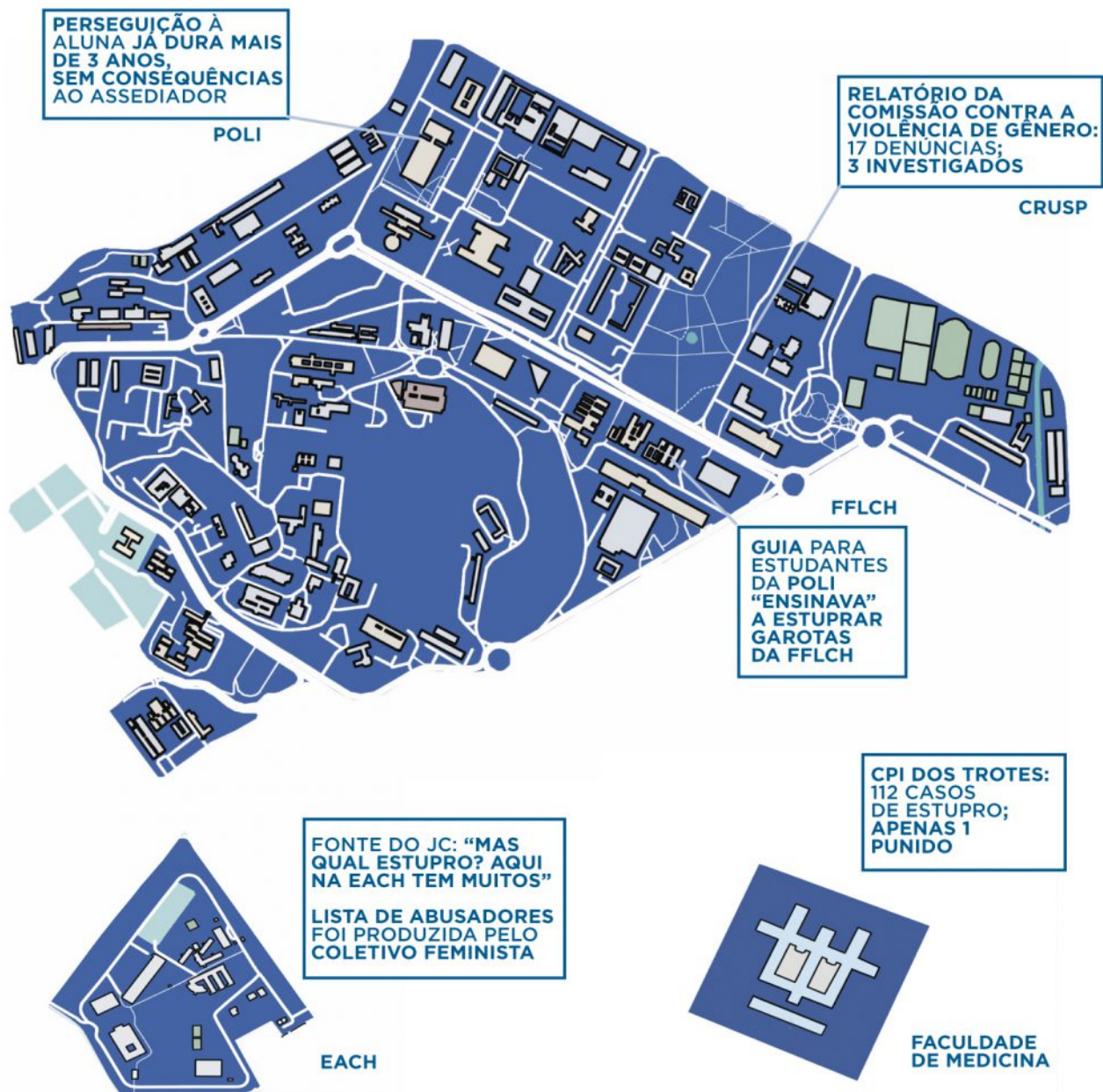
serem sempre integradas”, afirmou Barbosa Filho.

Luis Adorno

Qual a real dimensão da violência de gênero na USP?

Com frequência, a Universidade de São Paulo tem aparecido nas manchetes com denúncias de assédio e abuso sexual. As reportagens, no entanto, são geralmente focadas em institutos conhecidos por episódios de violência de gênero – como a Faculdade de Medicina – e exploram casos pontuais, deixando em segundo plano o contexto em que estão inseridos. A partir destas reportagens, de dados oficiais, depoimentos e relatos encontrados nas redes sociais, o Jornal do Campus tenta desenhar o panorama da violência de gênero na USP.

(Jornal do Campus, 24/04/2018 - acesse no site de origem)



(infográfico: Artur Zalewska)

Começamos a pesquisa no Google com a expressão “usp estupro”. Encontramos cerca de 130 casos nos últimos 5 anos, entre os campi da capital e do interior. Para o mesmo período, as estatísticas da Superintendência de Segurança da USP apontam somente 1 caso na Cidade Universitária. No chamado Quadrilátero da Saúde, que inclui a unidade campeã de ocorrências deste tipo, a Medicina, não há nenhum registro.

Dos casos reunidos pelo JC, 112 teriam ocorrido apenas na Faculdade de Medicina, segundo dados da CPI dos Trotes, concluída em 2015. Curiosidade sintomática do cenário, a página da FMUSP na Wikipedia aparece entre os resultados da busca “usp estupro”.

Ineficiência

O mergulho nas fontes evidenciou a ineficiência da USP em enfrentar a violência de gênero

dentro das unidades. A burocracia é grande e há casos que sequer são levados adiante. Matéria d'*O Estado de São Paulo* de 2016 afirma que de 10 estupros denunciados à CPI, apenas três resultaram em abertura de sindicância.

Outra fonte consultada corrobora com o diagnóstico de ineficiência. O relatório da Comissão contra a Violência de Gênero do CRUSP concluiu que a Universidade é omissa e não investiga formalmente a maioria dos casos reportados ocorridos no conjunto residencial. Nos 10 anos anteriores ao relatório, 17 denúncias foram enviadas ao Serviço Social da Superintendência. Apenas três foram investigados.

O relatório também afirma que é “extremamente inverossímil que sejam 17 os casos reais de violência de gênero nos últimos 10 anos, dentre os cerca de 2200 moradores do Conjunto Residencial. Basta observar também que, quanto ao período requerido, não foi encaminhado nenhum atendimento referente aos anos de 2006, 2007, 2008, 2010 e 2013.”

Episódio representativo de como a USP se comporta é o do aluno de Medicina que, réu por estupro, foi impedido de se formar pela professora Maria Ivete Castro Boulos. Algum tempo depois, a professora foi afastada por e-mail da coordenação responsável por acolher vítimas de violência sexual. A USP, no entanto, afirma que os acontecimentos não têm relação entre si. O réu se formou no final de 2016, tendo sido o único dos acusados entre as 112 ocorrências da CPI a receber qualquer tipo de punição: suspensão de 180 dias.

Capricho pessoal

No último mês, em entrevista com a nova diretora da Escola Politécnica, Liedi Bernucci, revisitamos o caso de uma perseguição sofrida por uma aluna do instituto, [noticiada em outubro passado pelo JC](#). A estudante alega receber, há pelo menos 3 anos, mensagens diárias de conteúdo intimidador como “uma hora você vai ter que escolher entre me ajudar ou me prejudicar. Eu espero que você escolha me ajudar”.

As mensagens são disparadas de perfis falsos, provavelmente criados por uma pessoa com quem a estudante se envolveu por um breve período. O rapaz, que estudava para cursar Medicina, ingressou na Poli para se manter próximo da vítima. Ao procurar a diretoria para relatar sua história, a então vice-diretora Liedi a ofereceu uma escolta dentro da USP, que foi rejeitada pela estudante.

Quando o JC citou o caso na entrevista com Liedi, a diretora rebateu: “você sabe o que aconteceu? A gente sabe o que aconteceu, ela conta a história pela metade”, e então prosseguiu contando a mesma versão dada pela aluna. “Nós oferecemos uma escolta para ela! A gente ia pagar essa pessoa para acompanhá-la, e ela negou.” Sobre isso, a estudante explica: “não é disso que eu preciso. Eles têm que restringir ele, não a mim”.

A justificativa de Liedi para a falta de providências da Poli é a necessidade de um boletim de ocorrência. “Sem um b.o, a gente não pode fazer nada. Eu sempre me apoio na equipe jurídica para essas decisões”, afirmou a diretora. No entanto, a estudante já tinha, na época, dois boletins de ocorrência contra o acusado.

“Vocês sabem o que ela queria?”, nos questionou Liedi: “que a gente expulsasse ele! Nós vamos expulsar um aluno por um capricho pessoal dela?”

Após a publicação da reportagem no JC e posts da aluna no Facebook relatando a situação (que

foram denunciados e excluídos pela rede social), o acusado recorreu à diretoria, que entendeu que a vítima estava “incitando a violência” contra ele. No final do ano passado, ela deixou a Poli e ingressou em outra unidade da USP, mas continua, até hoje, recebendo mensagens.

“Aqui tem muitos”

Em determinado momento da apuração, chegou a nosso conhecimento um caso de estupro que teria acontecido na EACH. Em busca de mais informações, contatamos uma fonte que, ao ser perguntada se sabia do ocorrido, respondeu: “mas qual estupro? Aqui na EACH tem muitos”.

A fonte completa dizendo que o Coletivo Feminista Maria Sem Vergonha elaborou uma “lista de abusadores”. A mobilização dessas entidades é de extrema importância para que os casos venham à tona. Nas redes sociais, elas ajudam na divulgação e viralização dos depoimentos de vítimas, produzindo manifestos de repúdio, e organizando eventos para debater a situação.

A página Rede Não Cala USP é uma das mais ativas. Só neste ano, promoveu e divulgou, através do Facebook, quatro eventos sobre questões de gênero. O grupo é formado por professoras e pesquisadoras da Universidade.

Incontáveis casos

Em praticamente todos os casos de estupro e outras violências na USP, as vítimas são desencorajadas a reportá-los aos órgãos competentes.

Matéria do *UOL* de 2014 traz o depoimento de uma aluna estuprada durante uma festa. Ela afirma que queriam “abafar o caso”, porque poderia haver consequências para a Atlética da FMUSP, organizadora do evento. Além disso, os membros da entidade ainda disseram que ela não conseguiria provar o crime e que a vítima tinha uma parcela de culpa por estar bêbada.

Outra estudante, em entrevista ao *G1*, diz sofrer preconceito de seus colegas após denunciar um caso de estupro. “Você vê um olhar [das pessoas] que já deixou de ser de dúvida e já é um olhar de desaprovação. Porque eles me tomaram como o motivo da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto estar sendo alvo nessa CPI. É você, porque você foi lá e abriu a sua boca”, afirma.

Na FFLCH, uma aluna do curso de Geografia foi perseguida e ameaçada durante quatro meses por bilhetes anônimos, até sofrer tentativa de estupro em seu carro. Um ano depois, voltou a ser ameaçada.

Em 2015, o blog “Tio Astolfo”, que se diz “em prol da filosofia do estupro”, publicou um texto, voltado para alunos da Poli, em que apresenta um guia para estuprar alunas da FFLCH.

Também segundo o *UOL*, 46% dos alunos da USP conhecem casos de abuso sexual.

FAU, POLI e a equipe jurídica

Durante a Semana dos Bichos deste ano, entre 26 de fevereiro e 2 de março, uma aluna procurou o coletivo feminista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo alegando que havia sido estuprada nas imediações do instituto durante um happy hour organizado pela Atlética. O acusado é um intercambista francês, estudante da Poli, mesma unidade de origem da vítima.

Segundo o regimento interno da USP, apesar de o caso ter acontecido na FAU, ele deve ser

reportado ao instituto de origem do agressor. Uma fonte garantiu ao JC que a diretoria da Poli está ciente do caso.

A reportagem entrou em contato com a equipe jurídica da unidade, a quem a diretora indica recorrer em situações como esta. No entanto, a tal “equipe” não existe. Ela é, na verdade, a Procuradoria Geral da USP.

A Procuradoria afirmou que procuradores são designados por unidade, e que não poderiam indicar um para falar com o JC.

As alunas da FAU fizeram um protesto assim que o caso veio à tona, colando cartazes por toda a unidade contra a cultura do estupro na USP. Também redigiram manifesto assinado por diversas entidades do instituto cobrando um posicionamento oficial da diretoria da FAU.



Protesto de alunas na FAU. (foto: Matheus Morgado)

Matheus Morgado

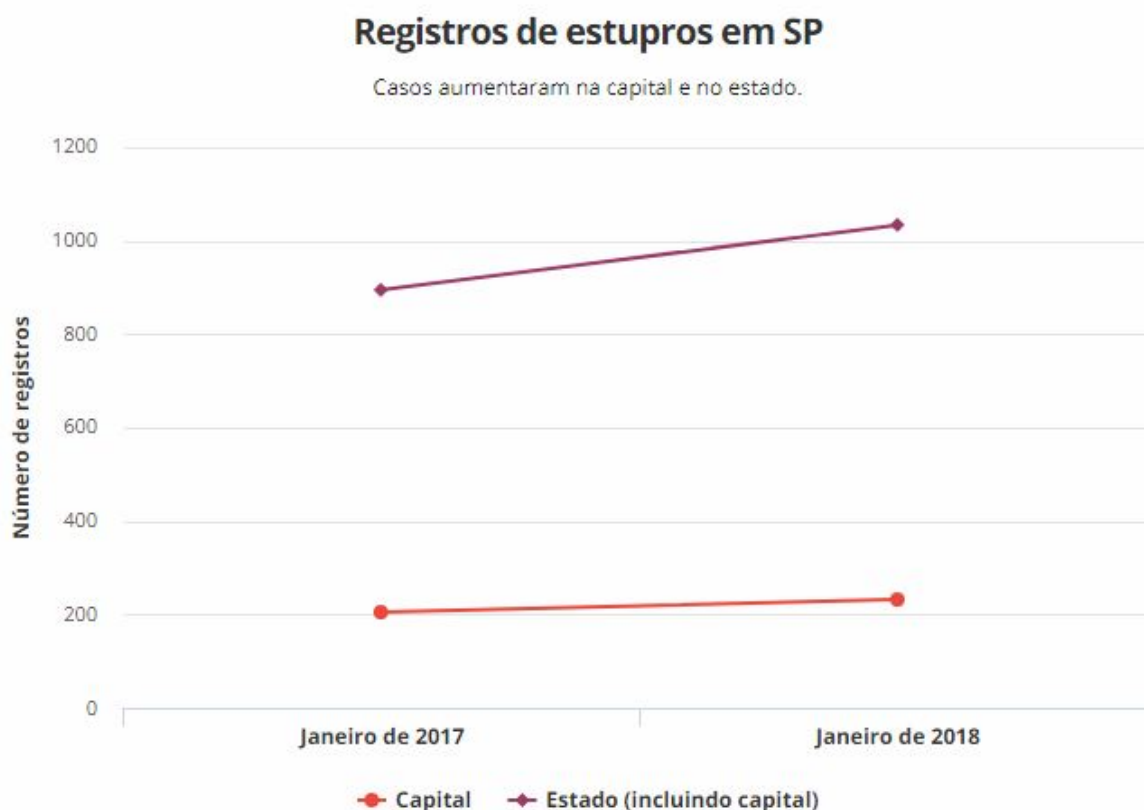
[SP tem aumento de 15,5% nos registros de](#)

estupros em janeiro

Secretário entende que crescimento no número de BOs se deve às campanhas do governo.

[\(G1, 23/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O estado de São Paulo apresentou aumento de 15,5% no número de estupros em janeiro, segundo o balanço mensal da criminalidade revelado pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) nesta sexta-feira (23). O número também aumentou entre 2016 e 2017.



Fonte: Secretaria da Segurança Pública (SSP)

Em todo o estado foram 1.034 casos no mês passado, incluindo estupros de adultos e de vulneráveis. Em janeiro de 2017 foram 895 casos.

Só na capital paulista foram 232 estupros em janeiro de 2018, contra 205 casos em janeiro do último ano, um aumento de 13,2% dos casos na cidade.

“Infelizmente a gente registra mais um aumento dos crimes de estupro. Isso se deve basicamente às campanhas que fazemos para que este tipo de crime seja cada vez mais notificado”, disse o secretário da Segurança Pública, Máximo Alves.

“Sempre lembrando que de 79% a 82% dos crimes de estupro envolvem pessoas que se conhecem, que possuem uma relação de vizinhança, ou parentesco ou amizade, ou amorosa, o que torna muito difícil a prevenção deste tipo de crime”, acrescentou.



O Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo Márgino Alves apresenta balanço da criminalidade, com dados comparativos entre janeiro de 2017 e 2018 na tarde desta sexta-feira (23) (Foto: Vivian Reis/G1)

Outros números do estado

As ocorrências envolvendo homicídios dolosos, ou seja, quando há intenção de matar, apresentaram redução de 6,8%, passando de 281 registros em janeiro de 2017 para 262 casos em janeiro deste ano.

Todas as modalidades de roubo também apresentaram queda - houve redução de 23,2% dos casos de roubo de veículos, 69,3% de roubo a banco e 12,3% de roubo de carga.

O panorama de melhoria foi o mesmo com os casos de latrocínio no estado, com redução de 41,1% dos casos - em janeiro de 2017 foram 39 casos de roubo seguido de morte contra 23 casos em janeiro deste ano.

SP: a cada 10 horas, uma mulher é

estuprada por conhecido

Quase metade delas são menores de 14 anos ou consideradas vulneráveis

Nos seis primeiros meses deste ano, 449 mulheres foram estupradas no Estado de São Paulo em casos que se encaixam na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Ou seja, essas mulheres sofreram violência sexual de pessoas “que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”.

Dos casos registrados na primeira metade de 2017, 45% dos estupros foram contra mulheres em situação de vulnerabilidade. De acordo com o artigo 217-A da Lei número 12.015/2009, é considerado “estupro de vulnerável” o crime cometido contra menores de 14 anos ou “com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”.

Leia mais: [Estupros contra mulheres podem ser maiores, dizem especialistas \(R7, 14/08/2017\)](#)

Esse número de vítimas, que é mensalmente divulgado pela SSP-SP (Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo), representa uma mulher estuprada por pessoas próximas a cada 10 horas no Estado.

De acordo com a defensora pública e coordenadora do Nudem (Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo), Ana Rita Souza Prata, os números registrados pela SSP-SP podem ser ainda maior, já que muitas mulheres vítimas de abusos sexuais que se enquadram na lei Maria da Penha não fazem a denúncia contra o agressor.

— A subnotificação dos crimes sexuais é bastante demonstrada quando avaliamos as notificações dos mesmos crimes na área da saúde. Muitas pessoas acabam não buscando o sistema de justiça e o de segurança depois de buscarem ajuda médica. Se avalia que apenas 10% das vítimas procuram a polícia para notificar o crime.

A ex-promotora de justiça Luiza Eluf afirma que o medo do agressor também é um dos pontos que [dificulta o processo de denúncia](#).

— Ela tem medo do próprio agressor. Existe o descrédito no papel da justiça e o fato de que o sujeito pode revidar com mais violência.

Ana Rita afirma que o número de estupros a vulnerável tende a ser maior graças aos órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, que estimulam que os casos sejam denunciados, enquanto mulheres adultas têm mais autonomia para decidirem se querem ou não prestar queixa — embora os serviços da rede pública sejam obrigados a notificar os casos para autoridades competentes.

— O que a gente percebe é que as meninas e os meninos de até 14 anos são mais vítimas dessa forma de violência. Setenta por cento dessas violências sexuais são cometidas por pessoas da família ou que frequentam a casa. Isso desconstrói o mito do estuprador, de que o estupro acontece em um beco escuro e é realizado por pessoa estranha.

Entre janeiro e junho deste ano, ainda houve, segundo os registros da SSP-SP, 23 tentativas de estupro contra mulher e outros 23 casos registrados como “outros crimes contra a dignidade sexual”.

Comparado ao mesmo período do ano passado (quando houve 463 casos), a quantidade de casos de estupros contra a mulher, em casos que se encaixam na Lei Maria da Penha, diminuiu em 3%. Foi a primeira queda no primeiro semestre desde 2013.

Já as notificações de estupro de mulheres consideradas vulneráveis subiu de 19, do primeiro semestre de 2016, para 23 no mesmo período deste ano. A SSP-SP fornece os dados contabilizados como “Violência Contra Mulher” desde setembro de 2011.

Outro lado

Procurada pela reportagem do R7, a SSP-SP disse em nota que “de janeiro a junho desse ano, o número de medidas protetivas solicitadas pela Polícia Civil, na capital, chegou a 4.130, representando um aumento de 37% em relação ao mesmo período do ano passado”.

A pasta afirma ainda que “estabeleceu um Protocolo Único de Atendimento”, e que “essa determinação estabelece um padrão de atendimento nos casos de violência contra a mulher, seja física ou sexual”.

Ainda segundo a SSP-SP, isso é feito com o objetivo de “aperfeiçoar o acolhimento às vítimas e melhorar a eficiência nas investigações e coleta de provas”.

A nota da pasta ainda conta que “as escolas de formação das corporações policiais também fornecem cursos de atualização para os policiais sobre o assunto”.

Essa medida, segundo a secretaria, se chama Projeto Integrar e foi feita por meio da parceria entre MP-SP (Ministério Público de São Paulo) com o Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica).

Giuliana Saringer e Kaique Dalapola, estagiários do R7.

Sem esmalte, por Maria Ribeiro

Você deve ser um cara legal, Miguel. E a questão do feminismo é tão séria e importante que mesmo caras legais como você escrevem tolices

Miguel,

Acabei de ler seu artigo “As feminazis e as mulheres do Brasil”, publicado ontem, neste mesmo bat-espaco, neste mesmo jornal, e queria esclarecer duas ou três coisinhas. Ou confundir, pro Tom Zé ficar mais feliz. Olha, Miguel, não sei se você acompanha os números do feminicídio no Brasil. Imagino que sim. Isso sem falar nos estupros, nos salários desiguais, no assédio, na

exploração sexual, na jornada tripla. Eu sei, esse papo tá chato, estamos meio monotemáticas. Mas tem tanta coisa chata que a gente tem que conviver, não é? Dentista, por exemplo. Um porre. A violência na Maré. Inadmissível. Não é um assunto agradável, mas meio que não dá pra não falar. Inclusive vai rolar uma manifestação agora no dia 24, você tá convidado. A gente pode ir juntos e depois conversar sobre o “Paterson”, último filme do Jim Jarmusch, você viu? Achei gênio.

[\(O Globo, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Eu sei. Tá rolando uma patrulha. Eu mesma já me peguei sendo consideravelmente preconceituosa. Como assim a Juliana Paes vem falar que é feminista de batom? Acontece o seguinte. Bom, você nos chama — nós, as feministas de 2017, de “Sem Esmalte”. Pois bem. A “Sem Esmalte” aqui precisa admitir que você tem certa razão quando fala de despeito. Eu tenho mesmo inveja da Juliana Paes. A mulher já é linda, talentosa, tem aquele corpo, aquele sorriso, aquela leveza, e ainda quer ser engajada? Nananinanão. Não se pode ter tudo nessa vida. Ela que seja linda e não venha dar opinião política (contém alguma ironia, ok?).

Também concordo quando você fala de apartheid. De fato. Estamos vivendo uma certa autoafirmação, de modo que às vezes é necessário algum radicalismo. Você acha que não me doeu não relativizar o episódio José Mayer? Doeu muito. Zé é meu amigo. Sua mulher, Vera Fajardo, é minha comadre, sem falar que é uma das mulheres mais incríveis que conheço. Mas o amor, aqui, é dizer “não”, como fazemos com filhos pequenos. Porque não pode mais, Miguel. Nem fumar no avião, nem andar na frente sem cinto, nem assediar colega de trabalho. Não pode mais.

Quando uma figurinista da Globo de 28 anos toma coragem e escreve um artigo denunciando um ídolo nacional, ela sinaliza pra uma menina de 16, lá no sertão do Piauí, onde o machismo faz a festa ainda mais que aqui nas cidades grandes, que, talvez, quem sabe, uma hora, ela possa ter voz contra um patrão abusador. E ela também sinalizou pra Sem Esmalte aqui, acredita? Uma Sem Esmalte do Rio de Janeiro e com terceiro grau completo, supostamente forte, que já conta 41 anos, inscrita no CPF, e que ainda assim passa por situações do século XVIII, como se sentir constrangida por jantar sozinha em restaurantes com pegada romântica.

Dei um Google em você. Desculpa a minha ignorância — enorme e infinita —, mas eu não te conhecia. Você é um jornalista importante, Miguel. Escreveu livros, é poeta, escreveu sobre o Mário de Andrade, manja de Tunga, trabalhou no “Última Hora”, era vizinho e fã do Antonio Candido, foi editor da Ilustrada e deste Segundo Caderno aqui. Você deve ser um cara legal. E a questão do feminismo é tão séria e importante que mesmo caras legais como você escrevem tolices.

Desculpa, parceiro, mas dizer que as mulheres brigaram por espaço para se envolver em falcatruas, e usar Adriana Ancelmo e Mônica Moura como exemplo é de uma ingenuidade imensurável. A corrupção é tão democrática quanto a infidelidade, Miguel. E, nesse caso, além de democrática, é machista. Duas mulheres fazendo tabelinha do mal com seus maridos é de uma tristeza shakesperiana. Antes tivessem roubado sozinhas e por conta própria.

Mas volto ao seu texto. Sobre Eleonora Menicucci, socióloga e ex-ministra da secretaria de Políticas para as Mulheres de Dilma Rousseff, e que acaba de ser condenada — por uma juíza mulher — a pagar 10 mil reais de danos morais ao “ator” Alexandre Frota por tê-lo chamado de estuprador, você apenas cita a sua decepção (dela, Eleonora) com a falta de sororidade, ou cumplicidade feminina, pra usar um termo menos da moda. Mas você conhece bem a história?

Ouviu o sujeito falar na televisão que havia “finalizado uma mulher já desmaiada”? Conhece suas declarações? Por outro lado, você tem razão em questionar a bandeira do gênero nesse caso. Qualquer juiz honrado, homem ou mulher, deveria estar do lado oposto ao do Alexandre Frota.

Enfim. Vou ler seus livros, Miguel. Somos colegas de jornal, sentimos a morte do Antonio Candido, acho que estamos no mesmo time. Te digo, de coração, que precisamos ser mesmo muito feministas porque ainda somos machistas. Não nos desqualifique, companheiro. Releve os exageros e as unhas malfeitas, e amplie o quadro. Também sou fã da beleza, e ela pode ser maior do que você sugere, independentemente inclusive de idade, sexo e atributos óbvios.

Tamo junto, Juliana. Não sou de batom, mas não vivo sem rímel e lápis preto.

[ONU: violência sexual em conflitos é usada como tática de guerra](#)

O relatório preparado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, sobre violência sexual relacionada a áreas de conflito mostrou que essa prática é usada como tática de guerra em vários países.

[\(Rádio ONU, 03/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O documento foi entregue ao Conselho de Segurança nesta quarta-feira e tratou da situação em 19 nações que sofrem com esse tipo de crime e têm dados concretos.



Mulher do acampamento para deslocados internos de Kassab, em Darfur Norte. Foto: Unamid/Albert González Farran

Terroristas

Segundo o relatório, a maioria dos responsáveis por esses casos é formada pelos chamados “atores não-governamentais”, sendo que sete deles são classificados como grupos terroristas, como Isil e Al-Qaeda.

A ONU afirma que com um programa de assistência específico, os governos podem julgar de forma eficaz esses crimes, como ficou demonstrado pelo caso da Guiné, cuja capital é Conacri.

Uma equipe de especialistas das Nações Unidas forneceu apoio a um painel de juízes guineenses que investigavam estupros em massa e outros crimes cometidos em setembro de 2009.

O resultado dessa cooperação foi o indiciamento de 17 militares de alta patente e políticos, incluindo o ex-presidente do país, Moussa Dadis Camara.

A equipe de especialistas cooperou também com juízes em várias outras nações incluindo

Colômbia, Iraque, Libéria, Mali, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Somália e Sudão do Sul. Ainda na lista estão também Bósnia-Herzegovina, Jordânia e Síria.

Estratégia

António Guterres cita no relatório que alguns indivíduos que trabalharam na Nações Unidas participaram de “graves atos de exploração e abusos sexuais”.

Ele prometeu melhorar drasticamente a forma como a ONU previne e responde a esses tipos de crime cometidos por funcionários da organização ou que foram enviados sob os “auspícios” das Nações Unidas.

Guterres afirmou que implementou uma estratégia que dá prioridade aos direitos e dignidade das vítimas e acaba com a impunidade.

O secretário-geral pediu ainda a cada Estado-membro que se junte a ele num esforço unificado para detectar, controlar e evitar esses casos para que a regra de “tolerância zero” possa se tornar realidade.

Sabatina da ONU vai denunciar falta de política sobre violência contra mulher

O Brasil é denunciado nas Nações Unidas (ONU) por conta da violência contra a mulher e a entidade alerta que frear essa realidade é ainda um “desafio” ao País. Entidades apresentaram documentos à ONU alertando que 500 mil casos de estupros ou tentativas de estupros são registradas por ano no País, enquanto cerca de 5 mil mulheres são mortas.

[\(O Estado de S. Paulo, 26/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Os dados foram transmitidos pela ONU a todos os governos que, no próximo dia 5 de maio, questionarão as políticas de direitos humanos no Brasil. Governos de todo o mundo são obrigados a passar por uma Revisão Periódica Universal, um mecanismo criado nas Nações Unidas para examinar todos os aspectos de direitos humanos nos países de forma regular.

Leia também: [Raio-x da ONU apresenta Brasil como país com 'discriminação estrutural'](#)

Para se preparar para o questionamento, a ONU elaborou um raio-x oficial sobre a situação brasileira nesse período desde o último exame do País, em 2012. No documento, ela compila os resultados de investigações de relatores independentes, grupos de especialistas e missões realizadas no País nos últimos cinco anos. A constatação é de que, principalmente em relação a mulheres negras, a violência continua sendo uma questão a ser tratada pelo governo.



Governo será cobrado sobre políticas de proteção à mulher /Foto: Segio Moraes/Reuters

Em um segundo informe, a ONU ainda reuniu os dados que considera mais relevantes entre as acusações apresentadas pela sociedade civil. Esse informe também foi entregue a todos os governos para que possam questionar o Brasil.

Entre as acusações que o governo enfrentará é a de justamente não ter implementado políticas para lidar com a violência contra a mulher. O Estado apurou que governos europeus pretendem levar o tema ao debate do dia 5. Em pelo menos uma das perguntas já enviadas ao governo brasileiro por um país estrangeiro, o tema cobrado foi o das mulheres.

A ONU ainda foi munida por informações preparadas por uma rede de entidades, entre elas Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Ação Educativa, Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação e pela Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança (Anced).

De acordo com os dados enviados pelas ONGs para a ONU e com base em estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 5 mil mulheres morrem por ano alvo de violência.

Além disso, 500 mil estupros e tentativas de estupros podem ocorrer por ano. Os dados foram retirados de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que, em 2015, calculou a dimensão da violência contra a mulher no País. De acordo com uma nota técnica do Ipea, a instituição de pesquisa "levou a campo um questionário sobre vitimização, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que continha algumas questões sobre violência sexual". "A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia", apontou.

"Tal informação é consistente com os dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2013, que apontou que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil", explicaram.

O problema, de acordo com as entidades, é que apenas 35% dos casos de violência sexual são registrados, em grande parte por culpa da “falta de confiança de que o sistema judicial os tratará com seriedade”.

Em outra submissão, entidades indicaram que o Brasil ainda não conta com um número suficiente de cortes especializadas para tratar de casos de mulheres que são vítimas de violência. No total, existem 66 tribunais com essas características, enquanto o Conselho Nacional de Justiça estima que o País precisa de 120.

Outro debate que será alvo de exame é a situação do aborto. De acordo com o Centro de Direitos Reprodutivos, nem todas as vítimas têm acesso aos serviços de aborto legal. Para a entidade, cujos dados foram compilados pela ONU, “dois terços de mortes na gravidez no Nordeste ocorrem como resultado de abortos clandestinos”. Na avaliação do grupo, a maioria das políticas no Brasil ainda é construída com a “perspectiva do feto, e não na perspectiva da mãe”.

Em documentos entregues à ONU pela Associação “Comunita Papa Giovanni XXIII”, é a violência contra as mulheres nas prisões que é alvo de denúncias. Os dados do informe distribuído pelas Nações Unidas apontam para os casos de abusos sexuais contra as detentas por parte de policiais.

Respostas. Em uma primeira resposta enviada à ONU, o governo brasileiro insistiu que qualifica esses crimes contra mulheres como hediondos. Brasília ainda insistiu que “regras e regulamentos foram introduzidos para profissionais de saúde” para garantir uma atenção às vítimas de violência sexual.

Além da publicação de documentos, o governo apontou que um programa foi criado em 2013 com seis medidas estratégicas para lutar contra a violência, além do estabelecimento de unidades móveis para cuidar das mulheres em situação de risco na zona rural.

“O pacto de silêncio continua, os estupros continuam”

Em entrevista à Pública, a médica Ivete Boulos fala de seu afastamento da coordenação do núcleo que acolhe denúncias e vítimas de violência sexual na Medicina da USP enquanto lutava por punição de aluno acusado de estupro

[\(A Pública, 08/11/2016 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

Na segunda-feira, 17 de outubro, a médica Maria Ivete Castro Boulos chegou ao trabalho pensando na reunião que teria com uma jurista. Queria discutir as possibilidades de uma nova punição para o aluno Daniel Tarciso da Silva Cardoso, acusado pelo Ministério Público de dopar e estuprar estudantes da universidade, e suspenso pela Faculdade de Medicina da USP depois da CPI dos Trotes (dezembro de 2014 a março de 2015).

Leia mais: [Caros dirigentes da FMUSP: precisamos falar do estupro, uma carta das alunas do Jornal do Campus \(Jornal do Campus, 07/11/2016\)](#)

Como coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Direitos Humanos (Neadh) da Faculdade de Medicina da USP, que acolhe denúncias de violações de direitos humanos, a professora havia conseguido a anulação de uma prova que ele havia feito durante o período de suspensão - seis meses iniciais, depois estendido para mais 12 meses. Mas esse prazo havia acabado de se encerrar, e logo ele estaria livre para se formar e se tornar médico apesar da gravidade dos crimes a ele imputados.

Era nisso que Ivete pensava quando foi surpreendida pela comoção dos colegas, motivada por um e-mail comunicando seu afastamento da coordenação do núcleo, cargo que ocupava desde o início do ano. A médica, que também é coordenadora do Navis (Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual) e consultora técnica da Organização Mundial de Saúde (OMS) para assuntos relacionados a violência sexual, foi então checar seus e-mails e encontrou o comunicado. "Eu me senti muito desrespeitada no momento porque não houve transparência, isso não havia sido conversado comigo", conta, em entrevista à Pública.

Andrea Dip

Número de casos de estupro aumenta 30% na capital paulista

Dado compara setembro deste ano com o mesmo período do ano passado; no Estado, crescimento foi de 5,1%

(O Estado de S. Paulo, 25/10/2016 - acesse no site de origem)

Os estupros tiveram alta de 30% na capital em setembro e de 5,1% no Estado, em relação ao mesmo período de 2015. Questionado, o secretário da Segurança de São Paulo, Máximo Alves Barbosa Filho, que havia relacionado aumento do crime à crise econômica em junho, disse agora "não saber" as razões do avanço. As estatísticas divulgadas nesta terça-feira, 25, ainda apontam aumento de roubos pelo oitavo mês seguido no Estado (10%) e queda nos homicídios na capital.

Leia mais: [Estupros têm alta de 30% em SP e de 5,1% no Estado \(IstoÉ, 26/10/2016\)](#)

Os registros de estupro cresceram tanto no Estado quanto na capital pelo segundo mês consecutivo. Na cidade de São Paulo, foram 221 notificações do crime em setembro, ante 170 no mesmo mês de 2015. Considerando o período desde janeiro, o aumento foi de 6,3%, com 1.668 casos registrados em 2016, ante 1.569 notificações no ano anterior.

As 25 cidades mais violentas do Brasil

Já no Estado o crescimento foi de 5%, passando de 824 ocorrências em setembro de 2015 para

866 neste ano. O índice acumulado também subiu 6,5%. Ao todo, foram 7.306 notificações até o momento, ante 6.861 no mesmo período de 2015. “Já me conformei em não emitir minha opinião sobre o que pode ter aumentado ou não sobre violência doméstica”, afirmou Mágino Alves.

No domingo, [o Estado publicou reportagem mostrando vários casos de mulheres vítimas de violência doméstica](#) que tiveram pedidos de medidas protetivas negadas pela Justiça e acabaram assassinadas pelos agressores. Sobre o assunto, o secretário afirmou que “se eu fosse magistrado, não teria dúvida em deferir (medidas protetivas)”. “É uma obrigação do Estado e a SSP (Secretaria da Segurança Pública) faz questão de acolher a vítima, questão de deferir toda proteção possível, com a maior rapidez possível.”



Roubos. Em setembro, foram registrados 27.631 roubos, ante 25.119 no mesmo período do ano passado. No acumulado do ano (janeiro a setembro), a alta foi de 6,61% em relação aos nove meses de 2015, totalizando 242.748 roubos no Estado. Na capital, a alta foi de 12,3% em setembro, passando de 12.489 para 14.025. Em nove meses, o aumento foi de 4,07%, com um total de 119.063.

Para Barbosa Filho, o aumento dos roubos está relacionada com a crise econômica. “É um fenômeno que acontece também em outros Estados. Nós estamos intensificando o policiamento com mais policiais nas ruas”, afirmou.

Os latrocínios (roubos seguidos de morte) tiveram um aumento de 52,38% no Estado, em setembro, passando de 21 para 32 casos, em comparação à 2015. Na capital, foram 16 latrocínios, em setembro, ante 9 no mesmo mês de 2015.

Homicídios. A capital manteve a tendência de queda dos homicídios e fechou setembro com 12,82% de casos a menos do que no mesmo período de 2015. Foram 68 casos, ante 78. O número é o menor da série histórica, desde 2001. Com isso, a taxa de homicídios ficou em 7,59 casos para cada 100 mil habitantes, considerando 12 meses.

Para Barbosa Filho, a queda dos homicídios é uma “lição de casa que o governo está fazendo e vem trazendo resultados significativos”. No Estado, porém, houve pequeno aumento no número de casos, em setembro. Foram 283 ante 278 no ano passado. Uma alta de 1,8%. A taxa ficou em 8,14 casos para cada 100 mil habitantes.

Letalidade policial. O Estado registrou aumento de 9,1% no número de pessoas mortas em confrontos com policiais militares de folga, segundo estatística trimestral. O índice não inclui ocorrências de homicídios comuns que eventualmente envolvam policiais. Também houve alta no número de PMs feridos em tiroteios (45,2%). Segundo a Secretaria, no último trimestre 60 pessoas morreram em confrontos com PMs que não estavam a serviço da corporação, ante 55 vítimas no mesmo período de 2015. Já as ocorrências envolvendo policiais de serviço caíram 2,4%: foram de 127 casos, no ano passado, para 124, em 2016. Por sua vez, o índice de pessoas feridas por PMs de folga subiu de 46 para 60 (30,4%).

Quatro policiais foram mortos em confrontos com criminosos no trimestre passado - mesmo índice de 2015. Já os feridos subiram de 42 para 61 casos na comparação entre os períodos. A Secretaria não divulga o número de Policiais Militar mortos durante a folga.

Alexandre Hisayasu e Felipe Resk